

REDE
DE **MONITORAMENTO**
TERRITORIAL
INDEPENDENTE

Monitoramento Territorial Independente na Amazônia

Reflexões sobre estratégias e resultados

Organizadores:

Daniela Gomes Pinto

Kena Azevedo Chaves

Antônia Socorro Pena da Gama

Andréa Simone Rente Leão

José Antônio Herrera



*



*

Monitoramento territorial independente na Amazônia : reflexões sobre estratégias e resultados / organização, Daniela Gomes Pinto ... [et al.] - São Paulo : Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas-FGVces, 2021. 152 p.

ISBN: 978-65-88512-22-7

1. Monitoramento ambiental - Amazônia. 2. Impacto ambiental - Avaliação. 3. Conservação da natureza. 4. Biodiversidade - Amazônia. I. Pinto, Daniela Gomes. II. Chaves, Kena Azevedo. III. Pena, Antonia do Socorro. IV. Leão, Andréa. V. Herrera, José Antônio. VI. Fundação Getulio Vargas.

CDU 504.06
CDD 338.998115

11.

Monitoramento territorial participativo no Médio Solimões: diálogos entre o Instituto Mamirauá e as comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã

Pedro Meloni Nassar¹
Maria Isabel Figueiredo Pereira de Oliveira Martins¹
Dávila Suelen Sousa Correa¹
Isabel Soares de Sousa¹

Caetano Lucas Borges Franco¹
Oscarina Martins dos Santos¹
Paulo Roberto de Souza¹
Luciano Regis Cardoso¹
Sebastião de Oliveira Dias¹

INTRODUÇÃO

Os indicadores provenientes de programas de monitoramentos apontam informações sobre o estado dos fenômenos acompanhados, permitindo exibir progressos ou lacunas existentes (DUTRA, 2016). Em Unidades de Conservação (UCs), os programas de monitoramento são instrumentos de gestão territorial que acompanham a sua condição e facilitam os processos de tomadas de decisão que garantem a sua conservação. Cada vez mais, o envolvimento da população local em ações de monitoramento tem mostrado reflexos efetivos no fortalecimento das organizações comunitárias, sobretudo porque incidem na efetividade de gestão desses territórios (COSTA, 2019; CONSTANTINO et al., 2016).

Na Amazônia diversos projetos de conservação e desenvolvimento envolveram diferentes iniciativas de monitoramento participativo. Esses projetos foram im-

plementados principalmente por agências governamentais e instituições parceiras e contaram com a participação social. No Amazonas, existem exemplos de programas de monitoramento participativo da biodiversidade, principalmente focados em espécies ameaçadas ou de uso de recursos naturais pelas populações locais. O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) é uma das instituições que atua, em parceria com as comunidades, na realização desses monitoramentos, sobretudo nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá e Amanã (COSTA, 2019).

Considerando nossa experiência nessas duas UCs, neste capítulo compartilhamos quatro ações de monitoramento territorial participativo envolvendo diversos níveis de diálogo entre as comunidades locais e o IDSM. Primeiramente apresentaremos a experiência de um sistema de proteção am-

¹ Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.



biental de base comunitária, realizado por Agentes Ambientais Voluntários (AAV) que atuam para o monitoramento territorial e a proteção dos recursos naturais da região. Em seguida, discorreremos sobre o monitoramento de participação das lideranças capacitadas pelo IDSM, cujo objetivo é mensurar a sua participação nos fóruns e nas instâncias de gestão dessas UCs. Por fim, relataremos sobre o monitoramento da qualidade dos serviços prestados na Pousada Uacari e dos impactos da atividade de turismo na densidade populacional de primatas realizado pelos condutores locais neste empreendimento de turismo de base comunitária.

AS RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ E AMANÃ

Criada em 1996, a RDS Mamirauá repre-

sentou uma mudança de paradigma em relação à conservação no Brasil (QUEIROZ, 2005). Na esteira do processo de conservação protagonizado pela sua criação, foi criada a RDS Amanã, em 1998. Ambas as UCs, que somam juntas mais de 3,5 milhões de hectares, possibilitaram compor o Corredor Central da Amazônia, que une outras 12 Unidades de Conservação e 10 Terras Indígenas, conforme exposto na Figura 1 (QUEIROZ, 2019). Esse elemento estrutural ocasionou a categorização dessa área como Reserva da Biosfera da Amazônia Central, pela Unesco, em 2001, e compõe um Sítio Natural do Patrimônio Mundial. Além disso, as RDS Mamirauá e Amanã são reconhecidas como sítio Ramsar.²

No último censo demográfico realizado pelo IDSM em 2018 e 2019, existem 337

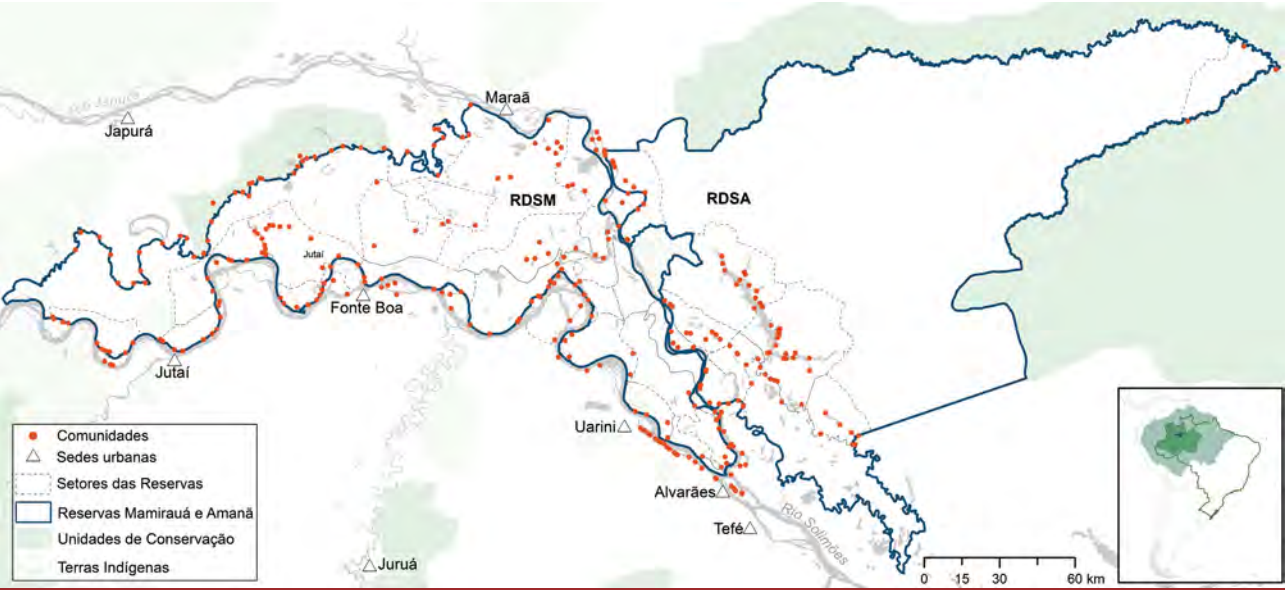


Figura 1. Localização das RDS Mamirauá e Amanã. (Fonte: Banco de dados geográficos do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Elaborado por: Caetano Lucas Borges Franco, 2020).

² Ver: <https://www.mamiraua.org.br/noticias/reserva-amana-e-reconhecida-como-sitio-ramsar>.

localidades, distribuídas em 34 setores políticos³, com uma população de 16.339 pessoas, entre moradores dentro dos limites geográficos das RDS Mamirauá e Amanã e das suas áreas de entorno (IDSM, 2020). Essas populações realizam a gestão participativa para manejo de recursos naturais, principalmente pesca, jacaré, agroecologia, madeireiro e não madeireiro e turismo de base comunitária.

Ambas as UCs possuem como órgão gestor a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas, que estabelece políticas e programas de gestão, de modo a assegurar os critérios e normas estabelecidos no Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (AMAZONAS, 2007)⁴ e no Plano de Gestão, que estabelece as normas que regulam uso e o manejo dos recursos naturais em cada uma das RDSs do estado.

Em se tratando de estrutura de organização social, as RDS Mamirauá e Amanã são geridas por um Conselho Deliberativo, que é a instância maior de deliberação dessas UCs e pela Assembleia Geral dos moradores. Cada uma das UCs possui um Conselho, com uma média de duas reuniões anuais e realiza uma Assembleia por ano. Os conselhos são compostos por representantes dos moradores, de instituições governamentais e não governamentais e nele são deliberados e discutidos assuntos de interesse geral de cada RDS. Em um nível abaixo dos conselhos, estão inseridas as Assembleias Gerais, em que alguns dos temas discutidos pelos moradores e representantes

de cada setor político e das instituições parceiras são encaminhados para os Conselhos (MENDONÇA, et al., 2019).

ESTUDOS DE CASO

Sistema de Proteção ambiental de base comunitária

A demanda por proteção dos recursos naturais na região onde hoje estão instituídas as RDS Mamirauá e Amanã surgiu pelas próprias populações locais desde os anos 1980, como reflexo da forte pressão que essas áreas enfrentavam. Em 1995, comunitários que já atuavam em ações de vigilância territorial foram capacitados e credenciados como Agentes Ambientais Voluntários (AAVs) pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), contando com o apoio do IDSM desde os primeiros anos. Foi nesse mesmo impulso que teve início o monitoramento territorial dessas áreas, protagonizado por esses agentes nas ações de proteção ambiental (FRANCO et al., 2019).

O monitoramento territorial é realizado pelos AAVs através de saídas diárias para sistemas de lagos piscosos, paranás, rios e áreas com potenciais para extração de madeira e caça. Nessas saídas, abordam embarcações, verificam a existência de produtos extraídos de forma ilegal, e orientam a tripulação sobre legislação ambiental e formas legais de uso dos recursos naturais. Preenchem um formulário para cada saída, que contém informações sobre as infrações ambientais: data,

³ Representam áreas geográficas dispostas no interior ou no entorno das RDSs Mamirauá e Amanã. Essas áreas agrupam um conjunto de localidades que acordam e estabelecem normas para a organização social e de acesso e uso dos recursos naturais (MOURA, E et al. Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: 2001- 2011. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; Belém: IDSM; Naea; 2016).

⁴ Lei complementar n°53/2007-AM.

recursos naturais interceptados, locais de interceptação, embarcações interceptadas e o seu local de origem, além da informação sobre a quantidade de saídas para monitorar as coordenadas geográficas das interceptações.

Ao longo dos anos, esse monitoramento foi sendo aperfeiçoado, adequando-se às necessidades e disponibilidade de recursos financeiros. As informações coletadas são organizadas em um banco de dados e sistematizadas. Para isso, os formulários utilizados pelos AAVs foram adequados, visando tornar o preenchimento mais fácil e objetivo, levando em conta a dificuldade com a escrita por parte de alguns. Simultaneamente, os AAVs foram capacitados e sensibilizados sobre a importância do correto preenchimento dos formulários, considerando que são essas informações que subsidiam os relatórios feitos pela equipe do IDSM e alimentam o banco de dados. As capacitações incluem georeferenciamento das informações coletadas com utilização de GPS, técnicas para abordagem de infratores, estudo da legislação ambiental vigente, além de oficinas de educação ambiental.

Esse sistema de monitoramento conta com o apoio do IDSM e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (Ibama), que atualmente gere o Programa AAV em nível estadual e, portanto, é responsável pelo apoio e respaldo das ações dos AAVs, assim como pela capacitação de novos agentes. O IDSM apoia, principalmente, o desenvolvimento das capacidades locais, com a realização de cursos de capacitação e de renovação de pessoal; captação de recursos para aquisição de equipamentos e custos de logística para manutenção do sistema; além de realizar a manutenção e

gestão do banco de dados, que historicamente subsidiou o planejamento das ações oficiais de fiscalização nessas reservas.

Nos últimos 25 anos, esse sistema registrou mais de 20 mil saídas para monitoramento territorial e proteção dos recursos naturais. Entre 2002 e 2012, foram registradas mais de mil infrações ambientais relacionadas a atividades ilegais de pesca, de caça e de extração de madeira; mais de 1.200 embarcações e mais de 70 toneladas de recursos pesqueiros e faunísticos foram interceptados. Nesse mesmo período, participou também de praticamente todas as ações oficiais de fiscalização nas RDS Mamirauá e Amanã (FRANCO et al., 2019; FRANCO, 2020).

Alguns pontos de observação merecem atenção. Esse sistema de proteção ambiental se comporta como um importante vetor de desenvolvimento de capacidades para tratativas diversas no âmbito da gestão dos recursos naturais. Outro aspecto positivo é a participação social em diferentes processos de gestão das UCs. Nos últimos anos, tem sido possível observar a equidade de gênero e étnica na gestão dos recursos naturais, com mais protagonismo feminino e de indígenas (FRANCO et al., 2019).

Nos seus 25 anos de existência esse sistema de proteção contou com o apoio financeiro de, pelo menos, seis instituições nacionais e internacionais. Isso demonstra a importância de instituições parceiras para a captação dos recursos necessários para a manutenção do sistema. No entanto, acredita-se que se a assessoria técnica promovida por instituições externas fosse finalizada, o monitoramento continuaria, sobretudo porque ele é prévio à existência

dessas reservas e é a única ação voltada à proteção ambiental realizada frequentemente nessas áreas. Provavelmente a ação mais impactada sem o apoio externo seria a sistematização dos dados coletados nos relatórios de campo.

Os maiores desafios para a atuação deste sistema estão relacionados às grandes extensões territoriais e a falta de recursos financeiros. Especialmente este segundo, pois é um fator que impede a realização do monitoramento na totalidade dos territórios das RDS Mamiarauá e Amanã. Outro desafio é o pulso de inundação (JUNK, 1997) na região, que no período das cheias proporciona inúmeros canais de acesso às UCs, o que dificulta o trabalho realizado pelos AAVs.

Mesmo com todas as adversidades financeiras, técnicas e de segurança para os agentes do sistema, as atividades foram contínuas. Portanto, esse sistema se configura como uma importante iniciativa para a proteção e conservação efetiva de recursos naturais, através de monitoramento territorial, educação ambiental e mobilização social, em uma região em que há uma limitada atuação de instituições e organizações governamentais e não governamentais.

Monitoramento de Lideranças Comunitárias

O Programa de Gestão Comunitária do IDSM monitora, desde 2010, a efetividade dos seus esforços de capacitação de 392 lideranças comunitárias, por meio do monitoramento da participação dos egressos

nas instâncias de gestão das RDS Mamiarauá e Amanã, da Reserva Extrativista (Resex) Auati-Paraná, nas coordenações de acordos locais para uso de recursos naturais e nas secretarias dos municípios do entorno dessas UCs, sendo elas Tefé, Fonte Boa, Jutaí, Uarini Alvarães e Maraã.

O monitoramento é realizado por meio de duas frentes de verificação: a) em campo, dialogando com as lideranças locais para verificar as instâncias de gestão que atuam e as funções que assumem e b) participação em reuniões dos conselhos gestores e em assembleias gerais dos moradores por meio de consulta às listas de lideranças presentes e votantes nas Assembleias Gerais anuais, à lista de membros do Conselho Gestor Deliberativo das RDS Mamiarauá e Amanã e Resex Auati-Paraná, à lista de Agentes Ambientais Voluntários em atividade no ano de verificação, às atas de posse de diretorias de associações comunitárias e à lista de coordenadores de Acordos de Pesca.

Os resultados obtidos pelo monitoramento ao longo dos 10 anos de existência estão expostos na figura 2, que indica o percentual de lideranças nas capacitações do IDSM⁵ que estão participando nas instâncias locais de gestão e de tomada de decisão participativa.

De modo geral essas lideranças atuam em 20 instâncias, como por exemplo, os Agentes Ambientais Voluntários, Assembleia Geral, Associações Comunitárias, Prefeituras, Conselho Deliberativo, Distrito Sanitário Especial Indígena, Grupo de artesãs, Grupo de manejadores

⁵ São 392 lideranças egressas que são verificadas se estão atuando ou presentes em alguma instância de gestão das UCs. Se atuam em apenas uma instância já são consideradas ativas e por conseguinte, contabilizadas no monitoramento.

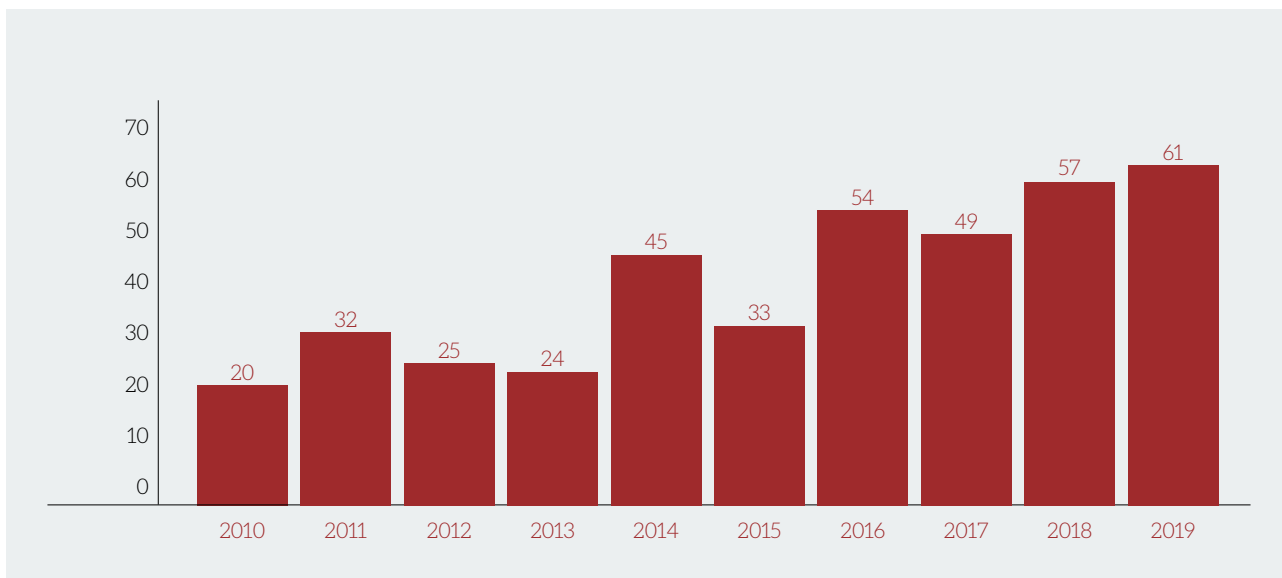


Figura 2. Percentual de lideranças egressas atuantes. (Fonte: Programa de Gestão Comunitária/ Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá).

de recursos naturais, Sindicatos e Turismo de Base Comunitária e assumem 30 funções, se diversificando entre as coordenações de organizações comunitárias, secretarias e câmaras municipais, demonstrando que o esforço institucional na capacitação dessas lideranças está sendo aplicado em, pelo menos, uma dessas diversas instâncias e funções.

Uma das lacunas que chamam atenção no monitoramento é o alcance da equidade de participação entre homens e mulheres, que em média representam apenas 30% das atuações em comparação com os homens e a baixa ocupação de jovens nas funções e instâncias, evidenciando que há uma necessidade de novas capacitações e de incentivo à participação das mulheres.

Ao longo dos anos, a metodologia de contabilização das lideranças atuantes foi aperfeiçoada, mas as alternâncias dos resultados registrados no período de 2010 a 2019 são influenciadas por diversos fatores que

afetam a participação das lideranças e que fogem da intervenção do IDSM, como a sobreposição de atividades, questões pessoais e financeiras. Outro grande desafio é a falta de recursos para a aferição da atuação das lideranças em campo, pois uma das etapas do monitoramento é realizar, pelo menos, uma ida anual em todos os setores políticos das RDS Mamirauá e Amanã.

RECURSOS CÊNICOS

Qualidade do serviço prestado na pousada Uacari

A Pousada Uacari é uma iniciativa de turismo de base comunitária cuja gestão é compartilhada entre o IDSM e 11 comunidades da RDS Mamirauá. Criada em 1998, tem como objetivos o desenvolvimento socioeconômico e empoderamento local e apoio à conservação dos recursos naturais (PERALTA et al., 2018). A participação local ocorre através das tomadas de decisão, divisão de be-



nefícios econômicos coletivos, venda de produtos e na prestação de serviços, que é realizada pela Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo do Mamirauá (Aagemam). Essa prestação de serviços é feita em forma de rodízio, por um grupo de 80 pessoas, em que cada pessoa trabalha no máximo 12 dias por mês. O rodízio maximiza o número de pessoas beneficiadas e colabora na manutenção das atividades tradicionais, evitando uma dependência do turismo. Por outro lado, pode haver um pouco de dificuldade em se adaptar ao trabalho após cumprir o tempo fora da Pousada. O monitoramento dos serviços foi iniciado junto à criação do empreendimento como forma de avaliar o desempenho da equipe que trabalhou durante o pacote turístico.

Ao final de cada pacote, os hóspedes são convidados a preencher uma ficha de avaliação. Assim que os visitantes deixam o local, a equipe que estava trabalhando se reúne para uma autoavaliação e leitura coletiva do formulário do turista. Essa metodologia foi desenvolvida por pesquisadores e extensionistas do IDSM e moradores locais. É um processo em que todos os envolvidos podem falar sobre os problemas e os acertos. É uma forma participativa de buscar melhorias e exaltar o que deu certo.

Os resultados das fichas de avaliação dos visitantes são armazenados em um banco de dados do Programa de Turismo de Base Comunitária (PTBC), do IDSM. Esses dados são sistematizados pelos técnicos do PTBC que os apresentam, pelo menos, uma vez ao ano no fórum de tomadas de decisão da Pousada Uacari com a participação do IDSM, equipe da Pousada Uacari e presidentes das comunidades participantes desse projeto de turismo. A partir

da análise das notas e dos comentários deixados pelos turistas, conversa-se se está havendo melhora ou piora nos setores de trabalho ao longo dos anos. Em casos de notas e comentários negativos, discutem-se os possíveis motivos e como podem ser melhorados. Os comentários deixados pelos visitantes podem auxiliar no planejamento do ano seguinte, como necessidade de melhorias nos serviços de manutenção, limpeza e dedetização.

O monitoramento dos serviços prestados pela Pousada Uacari tem se mostrado uma ferramenta muito importante para tomada de decisões, mas apresenta algumas dificuldades, em parte no método e em parte na execução. Em relação ao método, a sistematização depende de alguma compreensão de informática, tanto para alimentação do banco de dados, mas, principalmente, para a extração e organização dos dados. Quanto à execução, dois problemas se sobressaem: a reunião da equipe para discutir sobre a avaliação nem sempre é realizada, seja por falta de tempo, seja por desinteresse do grupo que está na pousada naquele momento, e por fim, a falta de representatividade das comunidades no fórum anual de prestação de contas.

IMPACTOS DA ATIVIDADE DE TURISMO NA DENSIDADE POPULACIONAL DE PRIMATAS

O turismo em áreas naturais, mesmo quando realizado seguindo princípios sustentáveis e responsáveis, é uma atividade com potencial impacto à natureza. Sabendo disso, o IDSM propôs a criação de um sistema de avaliação de impactos ambientais por meio de um monitoramento de fauna nas trilhas utilizadas pe-



los visitantes da Pousada Uacari (PAIM et al., 2016). O monitoramento se soma a outras medidas realizadas e previstas no plano de gestão da RDS Mamirauá, como número máximo de turistas por vez por trilha e rodízio de trilhas (IDSMA, 2010).

A ideia da realização de monitoramento de impactos ambientais surgiu logo no início das atividades da Pousada Uacari. Naquele momento foram propostas algumas variáveis como água, flora e diversos grupos animais, mas neste capítulo apresentaremos o monitoramento de primatas, realizado entre 2007 e 2010. Esse monitoramento objetivou compreender se a visitação de turistas está causando alguma interferência na fauna de primatas, como habituação dos animais à presença humana e afugentação das espécies.

O modelo foi desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas de Ecologia de Vertebrados Terrestres do Instituto Mamirauá que elaborou o método, sistematizou e interpretou os dados e a coleta foi realizada por guias locais da Aagemam/Pousada Uacari, que receberam capacitação para realizar essa atividade.

Os dados foram coletados em quatro trilhas categorizadas em uso intenso e uso mínimo. A primeira refere-se àquelas trilhas que são utilizadas pelo menos duas vezes por semana, enquanto que a segunda são aquelas com pouco uso, muitas vezes passando meses sem receber visitantes. A coleta era realizada por três meses na época da cheia dos rios e por três meses na época da seca. Quando o nível da água estava alto, o trajeto era realizado em pequenas canoas a remo e, quando estava baixo, as trilhas eram percorridas a pé.

Seguindo a metodologia do moni-

toramento, os guias locais anotavam a espécie e a quantidade de indivíduos observada. Com isso, ao longo de 2007 a 2010 foram percorridos 811,2 km e registrados 1.448 grupos de macacos. As espécies guariba (*Alouatta seniculus*) e macaco-prego (*Sapajus macrocephalus*) apresentaram maiores densidades nas trilhas de uso intenso. Não houve diferença significativa entre as trilhas para uacari-branco (*Cacajó calvus*), macaco-de-cheiro-comum (*Saimiri cassiquiarenses*) e macaco-de-cheiro-da-cabeça-preta (*Saimiri vanzolinii*). Os resultados para guariba e macaco-prego sugerem habituação dos indivíduos aos turistas, mas as conclusões iniciais são de que esse impacto é mínimo. A maioria dos animais ainda apresenta comportamento de fuga.

Esses dados são importantes subsídios para a gestão das atividades de lazer da Pousada Uacari e avaliação dos impactos que a atividade turística pode causar na fauna, mas os principais desafios dessa metodologia são o forte componente científico das análises e interpretação dos resultados, o que dificulta a participação comunitária nessas etapas.

O monitoramento com viés científico terminou em 2010, mas a Pousada Uacari vem elaborando suas próprias metodologias que envolve a participação dos visitantes e dos guias locais, como uma premiação para o guia local que observar mais vezes o macaco uacari-branco nos passeios, e um monitoramento, com visitantes dispostos a auxiliar na coleta de dados de observação de mamíferos nas trilhas, em uma metodologia de ciência cidadã.

CONCLUSÕES

Os resultados provenientes dos moni-



toramentos contribuem para o planejamento de uso e gestão dos recursos naturais e dos territórios, auxiliando órgãos gestores públicos e instituições parceiras. Além disso, a formação de bancos de dados apoiados pela participação daqueles que possuem interesses em entender aspectos e impactos de ações coletivas sobre os recursos naturais é fundamental para o aprimoramento desses esforços em médio e longo prazos. Dessa forma, os monitoramentos participativos se tornam fundamentais para que as ações sejam mais assertivas à sustentabilidade e à melhoria dos níveis de qualidade de vida. A complexidade social e ambiental da Amazônia torna esses monitoramentos ainda mais desafiadores, necessitando para suas efetividades a adaptabilidade e o constante retorno de resultados às populações em linguagens e formatos apropriados ao contexto.

O IDSM, em seus mais de 20 anos de dedicação à ciência em consonância com as questões socioambientais apresentadas pelas populações das RDS Mamirauá e Amanã, promoveu uma diversidade de experiências de monitoramento participativo de aspectos sociais e ambientais a partir das ações de conservação e desenvolvimento sustentável. As principais lições dessas experiências são: a ratificação de que a inclusão das populações em todas as etapas de implementação das UCs é indispensável, o fortalecimento da premissa de avaliação contínua baseada em evidências e no sentido prático das informações produzidas pelas populações para melhoria das suas formas de organização social e produtiva.

A construção entre instituições e comunidades é fundamental para o sucesso dos

monitoramentos. No contexto amazônico, essas parcerias assumem maior importância, tendo em vista a falta de apoio às populações locais pelo poder público local, somada às dificuldades de logística e custos para a realização das atividades que dão suporte a manutenção dos monitoramentos. No entanto, o diálogo só produz resultados positivos quando é realizado participativamente, quando as partes conciliam suas práticas e demandas e acordam responsabilidades. Essas premissas colaboram também para a efetividade da gestão compartilhada de áreas protegidas.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS. **Lei Complementar nº 53, de 5 de junho de 2007**. Manaus, AM.
- CONSTANTINO, P. A. L. et al. **Monitoramento Participativo da Biodiversidade e dos Recursos Naturais: Seminário Internacional e Formação da Rede Internacional de Monitoramento e Manejo Participativo**. Biodiversidade Brasileira, v. 6, n. 1, p. 18-33, 2016.
- COSTA, D. C. **Monitoramento participativo como subsídio para a gestão adaptativa de unidades de conservação no Amazonas**. 2019. 251 p. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2019.
- DUTRA, V. C. **Monitoramento de indicadores-chave do turismo sustentável em Unidades de Conservação: Um estudo de caso no Parque Estadual do Jalapão- Tocantins**. 2016. 291 p. Tese (Doutorado em Ciências na área de tecnologia nuclear materiais). Instituto de Pesquisas Energéticas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.
- FRANCO, C. L. B. et al. **Dos décadas de vigilância comunitária para la gestion**

- territorial y conservacion de los recursos naturales en Areas Protegidas de uso sustentable en la Amazonia central. In: LEDERMAN, M. R.; ARGUEDAS, S. M.; LUZ, L. (orgs). **Rios de aprendizajes: buenas practicas en Areas Protegidas amazonicas con Enfoque de Paisaje**. Quito: Union Europea, FAO, WWF, ONU Medio Ambiente, 2019.
- FRANCO, C. L. B. **Proteção ambiental de base comunitária em duas áreas protegidas na Amazônia Brasileira**. 2020. 99 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2020.
- IDSMM, **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Versão para consulta pública**. 2010.
- IDSMM, **Sistema de Monitoramento Demográfico e Socioeconômico/Simde**. IDSMM/MCTIC, 2020.
- JUNK, W. J. General aspects of floodplain ecology with special reference to Amazonian Floodplains. In: **The Central Amazonian Floodplains**. Berlin: Springer, 1997, p. 3 -20.
- MENDONÇA, M. R., SOUSA, I. S. e SOUZA, P. R. Organização Sociopolítica. In: Nascimento, A. C. S. do et al. **Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (1998-2018)**: 20 anos de pesquisas. Tefé, AM: IDSMM, 2019.
- MOURA, E. A. F. et al. **Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: 2001-2011**. Tefé: Instituto de Desenvolvimento de Sustentável de Mamirauá, 2016.
- PAIM, F. P.; AQUINO, S. P.; VALSECCHI, J. A. A Atividade de Ecoturismo na RDS Mamirauá causa Impacto à Fauna? Resultados do Monitoramento de 2007 a 2010. In: OZORIO, R. Z.; PERALTA, N.; VIEIRA, F. S. (orgs.). **Lições e reflexões sobre o turismo de base comunitária na Reserva Mamirauá**. Tefé: IDSMM, 2016, p. 213 - 222.
- PERALTA, N. et al. Community-based Tourism in Protected Areas: a move beyond “paper parks”. In: CUNHA, A.A., MAGRO-LINDENKAMP, T.C., MCCOOL, S.F. (eds). **Tourism and Protected Areas in Brazil: Challenges and Perspectives**. New York: Nova Science Publishers, 2018, p. 297- 318.
- QUEIROZ, H. L. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 19, n. 54, p. 183-203, 2005.
- QUEIROZ, H. L. Apresentação. In: NASCIMENTO, A. C. S. (orgs). **Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (1998 - 2018)**: 20 anos de pesquisas. Tefé: IDSMM, 2019, p.14-15.